

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-087

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 23/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
502693789	ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO RIBATEJO
Morada (Sede Social)	CASA DO ASSOCIATIVISMO NO CAMPO DE EMILIO INFANTE DA CAMARA
Código Postal	Localidade
2000-000	SANTARÉM
NUT III	NUT II
Lezíria do Tejo	Alentejo
Telefone	E-mail
243333920	aproderstr@gmail.com
Telefax	

URL

Tipologia de Beneficiário

<http://www.aproder.pt>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

Maria João Marques Pacheco Botelho

Telefone Responsável

915790589

Cargo Responsável

Coordenadora

Telemóvel Responsável

915790589

Serviço/Departamento

Coordenação

Email Responsável

coordenadora@aproder.pt

Email Alternativo

aproderstr@gmail.com

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A APRODER- Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 1991, com sede em Santarém.

Agrega um conjunto vasto de associados, bem como com todas as instituições e entidades regionais, nacionais e internacionais, e ao desenvolvimento rural.

A APRODER intervém no desenvolvimento da região através da dinamização sociocultural e económica, da promoção de iniciativas diversas ligadas à melhoria da qualidade de vida, e à fixação das populações, da valorização das tradições, da divulgação dos produtos e salvaguarda do património, da participação em projetos de cooperação que reforcem o conhecimento e a inovação existentes e da implementação de programas nacionais e comunitários, LEADER, LEADER II, LEADER+ e Subprograma 3 - PRODER, em que assegurou a apreciação e gestão de cerca de quinhentas candidaturas e de verbas significativas, da ordem dos vinte e cinco milhões de euros de investimento, e com resultados muito positivos

Participou no programa EQUAL, que estudou a criação de uma base de dados dos produtos artesanais do Ribatejo, com o GAL Charneca Ribatejana, a Câmara Municipal da Chamusca e o Instituto Politécnico de Santarém.

Com a participação em vários programas, entre os quais, IQADE e IQADE II, AGRIS, AGRO, EQUAL, LEONARDO, RAFAEL, ADMOVEO, Marco Polo - ECOS OUVERTURE e SISBERIALP, em parceria com outros GAL e entidades nacionais e estrangeiras, desenvolveram-se diversos projetos, nomeadamente, "Sistema de Produção Integrada em Horticultura de ar livre na região do Ribatejo", "Ações Gerais de Informação e Gestão", "Método de Formação Profissionalizante no Sector da Restauração", "Sistema Informático Patrimonial" entre outros.

A APRODER foi entidade certificadora da Denominação de Origem "Azeites do Ribatejo" de 1999 a 2007. Desenvolveram-se ainda os seguintes projetos:

"Estudo das melhores condições de Rega de Olivais e de Extração de Azeite de diversas Variedades de Azeitona" - componente 1 e 2, que contou com a parceria do GAL Charneca Ribatejana, Escola Superior Agrária de Santarém, Fio Dourado, entre outros.

Os resultados dos estudos foram divulgados junto das Associações, agricultores e outras entidades ligadas à fileira do olival/azeite, na nossa região.

"Ribatejo – Promover para Vender", desenvolvido em parceria com o GAL Charneca Ribatejana, a Comissão

Vitivinícola do Tejo, entre outros, teve como objetivo geral a promoção de toda a região da Lezíria do Tejo e dos seus produtos.

Foram desenvolvidas várias ações de promoção como a publicação de folhetos, brochuras e livros, a presença em feiras e outros certames para afirmar a região e os seus produtos.

Os resultados alcançados revestiram-se de grande interesse pelo público-alvo atingido e pelo envolvimento dos agentes económicos da região nas diversas ações. Os resultados não são facilmente quantificáveis a curto prazo, mas terão sem dúvida um efeito muito positivo a médio e longo prazo, dadas as centenas de milhares de pessoas abrangidas pelas diferentes ações, cujo retorno só a médio e longo prazo serão possíveis de avaliar.

“7 Maravilhas da Gastronomia”, este projeto contou com a participação de diversos GAL, e com a participação de entidades locais que facultaram o receituário tradicional, com objetivo principal de aumentar a visibilidade e reconhecimento da Gastronomia. Foi editado um livro “RECEITAS E SABORES DOS TERRITÓRIOS RURAIS”, envolvendo 40 GAL a nível nacional e respetivos territórios, e a Federação Minha Terra. Foi também feito o lançamento do livro “SABORES DA NOSSA TERRA”, pelas 5 ADL: ADIRN, ADREPES, APRODER, Charneca Ribatejana e Leader Oeste.

“Internacionalização da Agricultura Regional”, este projeto desenvolveu-se em cooperação com a GAL Charneca Ribatejana, a ADER AL e outras entidades. Teve como principal objetivo a elaboração de um dossier sobre a avaliação das potencialidades e possibilidades de instalação dos agricultores da nossa região em 5 países – Brasil, Moçambique, Roménia, Hungria e Marrocos.

Os resultados do estudo foram compilados numa publicação, distribuída a nível da região, divulgada através da comunicação social e disponível para consulta à população junto dos parceiros e entidades envolvidas.

“Tejo Vivo”, maior cooperação territorial nos domínios da competitividade e inovação, ambiente, desenvolvimento sustentável e ordenamento do território situado junto ao Tejo, envolvendo seis associações portuguesas e onze entidades espanholas.

Foi instalada um Centro de Interpretação sobre o rio Tejo em cada território das ADL envolvidas; conclusão de um jogo para crianças, com a temática do Tejo; realizou-se a primeira prova de BTT - transibérica., de Albaracim a Lisboa - Parque das Nações

Estes são os principais projetos em que a APRODER esteve diretamente envolvida, havendo ainda a considerar a experiência dos diversos parceiros no desenvolvimento e gestão de projetos de grande relevância para a região.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
501122117	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO RIBATEJO	19/11/1976	01/01/1989	94110	Organização Patronal ou Empresarial
501788344	AGROTEJO - UNIÃO AGRÍCOLA DO NORTE DO VALE DO TEJO	29/10/1986	27/10/1986	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
504103326	ANTE - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TURISMO EQUESTRE	25/09/1996	06/05/1998	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
510306624	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P.	12/03/2012	12/03/2012	84123	Institutos Públicos
502251751	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DA REGIÃO DE RIO MAIOR	29/11/1974	01/01/1996	94110	Agências e associações de desenvolvimento regional e local

501660046	ACORO-ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE CAPRINOS, OVINOS E BOVINOS DO RIBATEJO E OESTE	29/10/1985	29/10/1985	94110	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
505941350	MUNICÍPIO DE SANTARÉM		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506780902	MUNICÍPIO DO CARTAXO	01/02/2015	01/02/2015	84113	Autarquias Locais
504748114	DESMOR, E.M., S.A.	18/04/2000	25/01/2000	93110	Setor Empresarial Local - Empresa Municipal
508787033	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO	29/03/2004	01/08/2004	84130	Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal
508379679	COMISSÃO VITIVINÍCOLA REGIONAL DO TEJO	13/12/2007	13/08/2008	94995	Organização Profissional
501403906	INSTITUTO POLITÉCNICO SANTARÉM	26/12/1979	12/12/2008	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico
501521135	ISLA - SANTARÉM, EDUCAÇÃO E CULTURA, UNIPESSOAL LIMITADA	25/03/1985	25/03/1985	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Privado (com fins lucrativos)
502280280	NERSANT - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE SANTARÉM	08/05/1989	02/01/1991	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501118888	SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO	17/04/1947	24/06/1977	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)

501144269	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIO MAIOR	13/07/1894	09/02/1983	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500868387	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SANTAREM	09/03/1870	06/11/1995	87902	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
508817897	TURISMO DO ALENTEJO, E.R.T.	15/09/2008	28/11/2008	84123	Associações Públicas
501838910	ASSOCIAÇÃO DE VITIVINICULTORES DA REGIÃO DO CARTAXO E AZAMBUJA-VITICARTAXO	25/07/1986	01/01/1989	94110	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
505305500	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.	07/12/2000	01/01/2001	84300	Institutos Públicos

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Lezíria do Tejo

Grupo Ação Local

Rural

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Alentejo	Lezíria do Tejo	Azambuja	Alcoentre	3,80%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Azambuja	Aveiras de Baixo	1,60%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Azambuja	Aveiras de Cima	2,10%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Azambuja	Azambuja	6,80%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Azambuja	Vale do Paraíso	0,40%

Alentejo	Lezíria do Tejo	Azambuja	Vila Nova da Rainha	2,00%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Azambuja	União das freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa	4,70%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Cartaxo	Pontével	2,30%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Cartaxo	Valada	3,40%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Cartaxo	Vila Chã de Ourique	2,70%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Cartaxo	Vale da Pedra	1,20%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Cartaxo	União das freguesias do Cartaxo e Vale da Pinta	2,30%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Cartaxo	União das freguesias de Ereira e Lapa	1,00%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Rio Maior	Alcobertas	2,60%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Rio Maior	Arrouquelas	2,30%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Rio Maior	Fráguas	1,30%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Rio Maior	Rio Maior	7,40%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Rio Maior	Asseiceira	1,40%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Rio Maior	São Sebastião	1,30%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Rio Maior	União das freguesias de Azambujeira e Malaqueijo	1,30%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Rio Maior	União das freguesias de Marmeleira e Assentiz	1,20%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Rio Maior	União das freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões	2,00%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Rio Maior	União das freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João	1,60%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém	Abitureiras	2,00%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém	Abrã	1,90%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém	Alcanede	8,70%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém	Alcanhões	0,90%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém	Almoster	3,30%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém	Amiais de Baixo	0,50%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém	Arneiro das Milhariças	1,00%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém	Moçarria	1,00%

Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém	Pernes	1,10%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém	Póvoa da Isenta	1,10%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém	Vale de Santarém	0,80%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém	Gançaria	0,50%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém	União das freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém	3,60%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém	União das freguesias de Azoia de Cima e Tremês	2,70%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém	União das freguesias de Casével e Vaqueiros	3,00%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém	União das freguesias de Romeira e Várzea	2,40%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém	União das freguesias de Santarém (Marvila), Santa Iria da Ribeira de Santarém, Santarém (São Salvador) e Santarém (São Nicolau)	2,90%
Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém	União das freguesias de São Vicente do Paul e Vale de Figueira	5,90%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

O território da APRODER insere-se na região do Alentejo, sub-região da Lezíria do Tejo - NUTS III. Com uma área de 1 246Km, cerca de 30% do território da Lezíria do Tejo, a zona de intervenção na qual a Aproder tem 23 anos de experiência na gestão das 4 gerações de programas “Leader” 1991-2014, abrange os concelhos de Azambuja, Cartaxo, Rio Maior e Santarém (exceto parte do núcleo urbano da cidade de Santarém), num conjunto de 41 freguesias, (60% do total das freguesias da Lezíria do Tejo), na sua grande maioria rurais. Detém uma superfície agrícola utilizada (SAU) de 499 km², cerca de 40% do total do território. Nesta estratégia, foram incluídos os núcleos da Ribeira de Santarém, Alfange e Onias que, pelas características da sua população, apresentam uma série de fragilidades ao nível socioeconómico, (desemprego, reduzidos níveis de instrução, dependência de apoio social), e um património edificado muito degradado. Assim, a EDL abrange 77% da população do território, 99.676 habitantes, uma área de 1224 km² (98% do total), uma densidade populacional de 81,5 hab/km². Nos últimos anos (2001-2011) tem havido um ligeiro acréscimo da população, crescimento migratório em detrimento do crescimento natural, revelando a atratividade do território do ponto de vista migratório. Verifica-se uma maior concentração populacional nas freguesias sede de concelho e nos principais centros urbanos, em desfavor das áreas rurais, com maior intensificação do envelhecimento.

O território é de profunda matriz rural, tendo como elementos identitários as tradições ligadas ao Tejo, toiro, cavalo e campino, ao vasto património, natural, histórico, arquitetónico, gastronómico e paisagístico. Apresenta um desenvolvimento incipiente e com debilidades no setor turístico, de serviços de recreação e lazer, reconhecimento e visibilidade, aproveitamento dos recursos existentes, desvalorização do património e fraco aproveitamento das potencialidades do Tejo, e das casas e quintas agrícolas. De destacar os segmentos turísticos com oportunidades: agro-turismo, enoturismo, turismo de natureza, turismo equestre, náutico, e gastronómico. No território existem 3 zonas distintas - Lezíria, Bairro e Serra. O Tejo atravessa a região, tendo um enorme potencial de desenvolvimento. Na Lezíria, com bons solos, desenvolvem-se culturas hortícolas, frutícolas e milho, dadas as boas condições para regadio, e estrutura fundiária. Existem prados naturais para a criação do gado taurino e equídeo, originando uma extraordinária importância do sector agrícola e agroindustrial. No Bairro, existe uma diversidade de culturas, como os cereais de sequeiro, zonas de regadio com milho, sendo o olival e a vinha as culturas predominantes, com azeites e vinhos de excelente qualidade. Estão aqui as principais manchas florestais deste território - pinheiro, eucalipto e algum

montado. A zona de Serra, integrada no PNSAC, é uma região cársica com as famosas salinas de Sal Gema de Rio Maior, as pegadas de dinossáurios de Vale de Meios e o Algar do Pena. Em termos agrícolas é uma zona mais pobre - silvo-pastorícia, floresta, olival tradicional, e elevada biodiversidade. Em termos económicos há forte componente da fileira da agricultura e agro-indústria, com oferta de produtos com características diferenciadoras, que carecem de afirmação, inovação e dinamismo, sendo uma oportunidade, a afirmação da excelência produtiva em segmentos específicos do ramo agroalimentar, produtos perecíveis com mercado potencial de exportação alargado - azeite e vinhos (DOP), enchidos, queijos, mel, frutos secos entre outros. Trata-se, de um território que preconiza as tendências nacionais de desindustrialização e de terciarização da economia. Há a destacar as atividades de transporte, armazenagem e logística, indústria transformadora, comércio e serviços, que contribuem para a criação de empregos e fixação da população. A proximidade à AML, a localização e a acessibilidade, constituem uma oportunidade para o desenvolvimento da região. Importa sustentar a atual base económica do território, e potenciar o surgimento de alternativas que a possam diversificar e expandir, com condições que respondam à competitividade dos setores e aos índices de penetração nos mercados. Esta necessidade prende-se com o facto do tecido económico se revelar atomizado - micro e pequenas empresas - , um número médio de 2,9 trabalhadores por empresa, e falta de associativismo entre os empresários. Esta situação dificulta o aumento da escala de produção, redução de custos, aumento da capacidade negocial e acesso aos mercados, e o défice de aposta regional nas infraestruturas tecnológicas e de investigação e desenvolvimento, com constrangimentos ao nível da competitividade e internacionalização - especialização produtiva assente em atividades de reduzido valor acrescentado, baixa intensidade tecnológica, fracas competências e estratégias das empresas, inerentes baixa qualificação dos recursos humanos. Apesar das debilidades, o território beneficia da existência de infraestruturas relevantes para a dinâmica da atividade económica e empresarial, parques de negócio, em cada concelho, infraestruturas tecnológicas em áreas estratégicas, como é o caso do IDERSANT, do Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior; do Pólo do INIAV na Estação Zootécnica Nacional. Este território regista níveis de desemprego inferiores à média nacional, no entanto, verificou-se nos últimos anos, um aumento generalizado das pessoas desempregadas, afetando sobretudo a população com menos habilitações académicas e com idades entre os 25 e 44 anos. É assim necessário, melhorar a formação dos seus intervenientes, adequar a oferta formativa às necessidades das empresas, valorizar o capital humano e a criação de valor, para o que podem contribuir as unidades existentes de ensino/formação, tecnológicas e de investigação, com qualidade e relevância para a atividade económica, potenciando o aprofundamento da articulação com a base produtiva empresarial do território e uma maior coesão social. A perda acentuada de efetivos populacionais, a baixa natalidade e o envelhecimento, associado ao aumento considerável do desemprego, causam constrangimentos ao desenvolvimento do território. Existe um acentuado envelhecimento demográfico, com dificuldades de acesso a serviços e equipamentos sociais nas respetivas zonas rurais, sediados na sua maioria nos principais centros urbanos, conduzindo assim ao isolamento dos pequenos agregados populacionais, apesar de se verificar nos últimos anos, um esforço significativo da melhoria da cobertura e da qualidade dos serviços prestados, em resultado do trabalho estruturante desenvolvido em parceria entre as IPSS, as entidades privadas e as autarquias locais (CLAS e Plataformas Supraconcelhias). Subsiste limitação nas áreas de doenças mentais, cuidados continuados integrados e deficiência, bem como, nas licenças de utilização e/ou certificados higio-sanitários e de segurança. A formação adequada é uma prioridade, assim como a promoção de ofertas profissionalizantes nesta área. Além destas limitações, é necessária uma intervenção constante, pois as taxas de ocupação são elevadas, o que conduz a uma insuficiente resposta social. Dos equipamentos de Segurança Social, as creches e os lares de Idosos são os que têm maior taxa de utilização, e os equipamentos em maior número são os de Apoio Domiciliário e Lares de Idosos. Grande parte da população tem problemas sociais dada a sua natureza estrutural, sendo a inserção precária, marcada pelo desemprego, por atividades não qualificadas e baixos salários. Estes aspetos estão em estreita articulação com as famílias numerosas, reduzidos níveis de instrução e ausência de formação profissional e dão visibilidade à vulnerabilidade e, subsequentemente, dependência de apoio social. Neste sentido para melhorar a atratividade das zonas rurais, é importante tomar medidas para a diversificação das atividades económicas e a melhoria da qualidade de vida, e fixação da população nos espaços rurais. A coesão territorial e social é um pilar fundamental. De referir a relevância que o desporto tem assumido na região, nomeadamente no concelho de Rio Maior, com a Escola Superior de Desporto e uma vasta oferta de equipamentos desportivos, apresentando uma mais-valia e oportunidade para a região. As boas infraestruturas (cultura, desporto e lazer) e as várias atividades existentes são pontos fortes, onde a dinâmica do associativismo (associações culturais e desportivas) é de destacar. Quanto ao património natural, cultural e paisagístico, este território tem grande riqueza, constituindo o rio Tejo e seus afluentes, fonte de riqueza e biodiversidade. Dispõe de uma oferta satisfatória de museus, galerias de exposição e auditórios, numa lógica de distribuição polarizada. Existem contudo debilidades - pouca divulgação e deficiente sinalização de pontos e monumentos de interesse, falta de bons acessos locais.

promoção turística, recuperação, valorização e dinâmica. Há necessidade de reabilitar monumentos e espaços de interesse paisagístico, e reforçar a oferta cultural. Quanto às preocupações ambientais, é importante ter em conta o uso racional dos recursos disponíveis, a redução da dependência das energias fósseis e o contributo para a sustentabilidade energética, apostando na diversificação de produção de energias renováveis tais como, bioenergia (biomassa), energia solar, fotovoltaica, biogás e hídrica, sendo que as características naturais da região favorecem este tipo de diversificação, bem como a produção de culturas energéticas, em paralelo com a atividade agrícola e florestal. A gestão da água e a sua adaptação às alterações climáticas, são desafios para a agricultura, bem como a seleção das culturas, verificando-se ainda uma insuficiente rede de drenagem e tratamento de efluentes de pecuárias. Há pois necessidade de aumentar o conhecimento, e organizar, a nível territorial, serviços/atividades para colmatar deficiências e, de forma inovadora, as ultrapassar. Em suma, encontramos-nos num território com fortes potencialidades, essencialmente centradas no Tejo, na atividade agrícola/agroindustrial, turística e recreativa.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Diversificação das atividades do mundo rural e agricultura
Promoção e Certificação de produtos
Oferta formativa adequada
Oportunidades de negócio associadas aos recursos endógenos
Qualificação e estruturação de produtos turísticos
Valorização do Património
Dinamização/modernização do TER.
Rio Tejo
Energias renováveis
Gestão da Água
Requalificação dos Equipamentos e Serviços Sociais
Dinamização do emprego e Inclusão pelas Organizações de Economia Social
Criação de serviços de proximidade e bem-estar
Ensino à Distância

Principais Pontos Fortes

Excelentes Condições edafoclimáticas para agricultura
Relevante Indústria Agro-alimentar
Dinâmica do Tecido Empresarial
Excelentes localização e acessibilidades
Riqueza patrimonial, cultural, gastronómica e paisagística potenciadora de turismo de maior qualidade.
Biodiversidade.
Existência recursos energéticos e hídricos endógenos significativos
Boa rede de infraestruturas no domínio da ação social, saúde, cultura e desporto.
Redução do abandono e insucesso escolar

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Principais Ameaças

Despovoamento Rural.
Dificuldades de distribuição e comercialização.
Alterações climáticas
Perda de tecido empresarial, aumento do desemprego.
Dificuldades de cooperação institucional e de articulação emprego-formação-educação.
Oferta de ensino e formação desajustada
Oferta turística destruída
Envelhecimento populacional e consequências para a resposta social.
Aumento da exclusão social e pobreza
Baixa cooperação institucional e articulação emprego-formação-educação.

Principais Pontos Fracos

Envelhecimento da população rural.
Explorações de pequena dimensão, fraca capacidade produtiva.
Fraco associativismo
Fraca capacidade de inovação, modernização e internacionalização.
Fraca dinâmica entre empresas, universidades e centros I&D.
Falta de promoção e valorização dos recursos paisagísticos e ambientais.
Degradação do património.
Rede de drenagem e tratamentos de efluentes insuficientes
Fraco aproveitamento do potencial das energias renováveis.
Limitação nalgumas áreas de apoio social e Licenciamentos

O diagnóstico efetuado, refletido na análise SWOT, permitiu identificar os principais factores de suporte ao processo de desenvolvimento do território, que se pretende integrado, inteligente, sustentável e inclusivo, nas dimensões económica, ambiental, social e cultural, considerando o contexto nacional, tendências de evolução, prioridades de crescimento definidas na EE 2020, no POR Alentejo, na EIDT da Lezíria do Tejo e o documento Estratégico do Turismo do Alentejo e Ribatejo 2014-20120.

Foram encontrados uma série de desafios:

Consolidar o tecido económico local, numa perspetiva de complementaridade e de reforço da coesão territorial;

Estimular a capacidade empreendedora, que induza novos comportamentos e a criação de emprego sustentável;

Promover a Inovação, através do apoio às infraestruturas de ensino, tecnológicas e I&D, I;

Promover o capital humano, através de ações de formação, essencialmente dirigida a públicos desfavorecidos das comunidades rurais;

Afirmar o território como destino turístico de excelência, através da preservação, conservação e valorização dos elementos do património local e estruturando a oferta turística;

Afirmar o Tejo e zonas ribeirinhas, como fator distintivo e elemento integrador;

Valorizar as atividades tradicionais, ligadas ao cavalo, touro e ao campino, como fator distintivo e elemento atrativo;

Conservar e valorizar o Património arquitetónico, cultural, natural, paisagístico e ambiental;

Reforçar a competitividade das explorações agrícolas e de todos os tipos de agricultura, em complementaridade com atividades ligadas ao turismo, cultura e ambiente e adaptação às alterações climáticas;

Valorizar, Promover e Comercializar os produtos de qualidade regionais, nomeadamente vinho, e azeite;

Inverter o processo de desertificação rural e abandono das áreas agrícolas, resultante do envelhecimento da população e do êxodo rural, combatendo a exclusão social e adotando novas formas de abordagem;

Potenciar a coesão social no território, através de iniciativas que promovam o aumento da qualidade de vida da população, empregabilidade e a atratividade;

Apoiar respostas sociais de proximidade, na consolidação do tecido associativo local;

Incrementar redes de cooperação e parcerias, potenciando as redes de cooperação nacionais, europeias e da CPLP, para o desenvolvimento sustentável do território;

Foi identificado um conjunto de fatores críticos para o sucesso, sendo de referir alguns dos mais significativos:

Envelhecimento da população;

Dimensão das explorações agrícolas;

Associativismo empresarial;

Capacidade inovadora e financeira;

Tecido produtivo atomizado e fragmentado;

Dinâmica entre empresas, universidades e centros de I&D e de I&I;

Qualificações escolares e profissionais, da população ativa;

Oferta de ensino e formação profissional adaptada às necessidades do mercado ;

Degradação do património natural e cultural;

Uso dos recursos ambientais;

Valorização e promoção dos recursos paisagísticos e ambientais;

Aproveitamento de energias renováveis;

Atuação em áreas de apoio social;

Licenciamento dos equipamentos sociais.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

A Estratégia proposta é o reflexo da maturação do conhecimento resultante do trabalho anteriormente desenvolvido, do diagnóstico prospetivo realizado e dos objetivos e linhas orientadoras de desenvolvimento identificadas para o território. É o resultado também, da participação das principais entidades e atores regionais e locais, para que a concretização dos objetivos a que nos propomos, contribuam para o desenvolvimento económico, social e sustentável do território, tornando-o mais competitivo, atrativo e

inovador e cooperante, proporcionando assim uma melhoria da qualidade de vida à população rural e melhores níveis de coesão social.

Neste sentido, preconizamos para o território uma visão estratégica assumindo que, em 2020, o território de atuação seja reconhecido como um dos mais desenvolvidos do país, como “Terra de Conhecimento, Inovação e Competitividade”, possuindo vantagens competitivas diferenciadoras no contexto regional, nacional e internacional, que cresceu de forma inteligente e sustentável e que aumentou a coesão económica e social dos seus cidadãos.

Esta visão foi assente nos seguintes vetores distintivos, aos quais se reconhece potencial de afirmação:

- A agricultura e a agro-indústria, que se têm vindo a assumir como fatores distintivos do desenvolvimento da região;
- A riqueza e diversidade patrimonial, pelo seu potencial de afirmação turística e pelo papel determinante na afirmação de uma identidade regional;
- O potencial de aprofundamento da articulação entre a base produtiva empresarial da região e as instituições do sistema científico e tecnológico, com potencial de desenvolvimento de um modelo de especialização inteligente;
- A centralidade de localização e acessibilidade, como oportunidade na consolidação de um modelo de articulação inteligente entre as cidades e os polos rurais da região, do ponto de vista da gestão e otimização de recursos, produtos e equipamentos.
- A qualidade ambiental, que favorece o estabelecimento do "compromisso para o crescimento verde" para este território, marcado pelo rio Tejo e pelas três principais unidades de paisagem - Tejo, Bairro e Serra
- Coesão social e empregabilidade, que exige uma atenção particular aos grupos mais vulneráveis - idosos, jovens e desempregados,

Face a este contexto de referência, e com base na visão estratégica, os objetivos de afirmação da APRODER a concretizar no horizonte 2020, estão assentes em 4 eixos estratégicos, que visam contribuir para o desenvolvimento rural e melhoria da qualidade de vida das populações locais, são eles:

Eixo Estratégico 1. Promoção da Inovação e do Capital Humano, este eixo aposta na melhoria da qualificação e requalificação dos recursos humanos, contribuindo para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais, para a sua integração no mercado de trabalho, minimizar situações de inatividade ou desemprego, intensificar a formação dos empresários e gestores para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão, assim como dos trabalhadores das empresas, reforçando assim a criação e manutenção do emprego sustentável, a luta contra a exclusão social, pobreza e discriminação. Evidencia-se ainda o fortalecimento dos fatores estratégicos de competitividade regional baseados na promoção da inovação social e valorização dos recursos endógenos, que permitam diversificar as atividades locais e dar resposta às necessidades que surgem no território.

Pretende-se também envolver os diversos parceiros locais neste objetivo transversal a todo o território.

Eixo Estratégico 2. Gestão Sustentável dos Ativos do Território, tem como objetivo central a proteção, preservação, conservação e valorização de elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos, renovação de aldeias, promoção da eficiência energética e ambiental, bem como o aumento da acessibilidade da população rural a serviços básicos e respostas sociais de proximidade, promoção da inclusão social e a redução da pobreza.

Eixo Estratégico 3. Dinamização Socioeconómica dos Territórios, este eixo atribui especial atenção à consolidação do tecido económico local, nomeadamente no que refere à inovação, competitividade, empreendedorismo e modernização das empresas.

Definindo como prioridade o apoio a atividades agrícolas, promoção de produtos de qualidade, transformação e comercialização, circuitos-curtos agroalimentares e mercados locais, diversificação da produção e das atividades nas explorações agrícolas.

Eixo Estratégico 4. Cooperação, capacitação institucional e trabalho em rede, este eixo baseia-se na implementação e operacionalização da estratégia de desenvolvimento local, com base no desenvolvimento de ações de animação, acompanhamento e avaliação, que permitam consolidar a intervenção na área da cooperação para o desenvolvimento rural.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

O modelo de participação ativa dos parceiros da APRODER, tem por base potenciar a experiência construída ao longo dos últimos anos, e o interesse e mais-valia do envolvimento das populações, dos seus representantes, agentes económicos e sociais locais e regionais.

Foi assinado um Protocolo de Cooperação e Parceria, para o período de 2014-2020, entre a APRODER e 34 entidades ativas no território, cuja Cláusula 2ª, estabelece iniciativas de interligação entre a APRODER, os agentes locais e regionais responsáveis pelo desenvolvimento da região e a comunidade local, de forma a fixar as pessoas no território, dinamizar o emprego e as atividades económicas e promover a melhoria da qualidade de vida das populações.

Com base no modelo de governação proposto, o Conselho de Parceria que envolve todos os parceiros e tem como funções a aprovação em sessão plenária da presente EDL, o acompanhamento estratégico e operacional das ações e investimentos do DLBC, e a aprovação do respetivo relatório anual, reuniu sempre que se considerou imprescindível, durante a preparação da estratégia.

Foram promovidas diversas ações, nomeadamente:

- ações de divulgação, junto dos parceiros e demais interessados;
 - reuniões temáticas de discussão e concertação, para a definição de ações a implementar, prioridades de investimento para o território, articulação para a monitorização;
 - elaboração de uma ficha de contributos, enviada a todos os parceiros e colocada no site da APRODER;
 - reuniões com outras entidades relevantes no processo da EDL, entre as quais, outros GAL, os GAL do Alentejo e Ribatejo, e a Federação Minha Terra;
 - elaboração de uma ficha de intenção de candidatura/investimento na região;
- reuniões do Conselho de Parceria, para análise e aprovação da EDL.

No âmbito destas reuniões foram identificadas ações indispensáveis ao desenvolvimento do território - apoio ao tecido económico empresarial, promoção dos produtos da região, e sua certificação, promoção turística, preservação do património em todas as suas vertentes, aposta na formação, e na investigação e inovação, a integração da população no mercado de trabalho, criação do próprio emprego, inclusão social e luta contra a pobreza e, sendo um território de excelência, perseverar e potenciar a aposta no sector agrícola, agro-indústria e recursos endógenos, assim como a inovação, a competitividade, e a cooperação com outros territórios ao nível nacional e internacional.

Há ainda a referir que, com base no modelo de governação proposto, está prevista, no âmbito implementação do pacto, a participação da APRODER na Comissão de Concertação e Gestão da CIMLT, onde os mais relevantes grupos de interesse da região se encontram presentes, e que se pronunciará sobre os projetos a apoiar pelos futuros ITI ou DLBC, garantindo racionalidade entre os projetos e promovendo complementaridades entre fundos.

À semelhança do que a APRODER tem feito em quadros comunitários anteriores, ao longo da implementação das respetivas estratégias de desenvolvimento, vão sendo realizados seminários e sessões de trabalho temáticas, para atualização do conhecimento e abertura da discussão a especialistas de diversas áreas do conhecimento.

A ambição de apoiar o desenvolvimento do território, tornando-o mais competitivo, atrativo e inovador é um dos pilares deste pacto, e para tal a participação ativa dos atores na prossecução desta estratégia é fundamental e do interesse de todos os intervenientes.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

O enquadramento da APRODER, pressupõe que a respetiva Estratégia contribua para os objetivos estratégicos de desenvolvimento nacionais, da região do Alentejo e da sub-região Lezíria do Tejo.

Na construção da Estratégia, foram considerados, os referenciais de natureza transversal, relacionados com os objetivos temáticos da política de coesão Europa 2020, bem como dos domínios temáticos considerados no Acordo de Parceria 2020, os referenciais de caráter territorial, vertidos no Plano Operacional Regional do Alentejo 2020 e Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Lezíria do Tejo 2014-2020, bem como

os referenciais de caráter sectorial vertidos no Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014 – 2020, para a agricultura, e do Turismo consubstanciado no Documento Estratégico Turismo do Alentejo e Ribatejo 2014 – 2020.

Para esta abordagem, em termos operacionais, procedeu-se à construção de várias matrizes onde se cruzam, os eixos estratégicos e objetivos específicos, com os objetivos estratégicos dos diversos documentos de referência, com o intuito de demonstrar o contributo dos objetivos da EDL para o reforço da estratégia dos referenciais.

Neste sentido, cruzando a lógica desenhada para a EDL da APRODER, com os objetivos temáticos da Política de Coesão da Estratégia Europa 2020, traduzidos a nível nacional em quatro domínios temáticos – competitividade e internacionalização, capital humano, inclusão social e emprego e sustentabilidade e eficiência de recursos, os objetivos definidos, concorrem diretamente para os objetivos temáticos associados ao DLBC Rural.

Assim, a nível do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, constata-se o alinhamento dos objetivos da EDL através dos Eixos “Promoção da Inovação e do Capital Humano”, “Gestão Sustentável dos Ativos do Território” e “Dinamização Socioeconómica dos Territórios”, para o desenvolvimento rural no que concerne às principais prioridades alvo de apoio do FEADER - Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas; Promover a organização das cadeias alimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação e à comercialização de produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura; Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais, facilitação da diversificação, da criação e do desenvolvimento das pequenas empresas e da criação de empregos, fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais; Ambiente e Inovação, privilegiando o apoio a operações com carácter inovador e prever como critério de prioridade a ponderar na seleção das operações no âmbito da operacionalização, o seu contributo para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Cruzando os eixos estratégicos do Plano Operacional Regional do Alentejo, com os objetivos específicos da EDL, destaca-se a contribuição dos objetivos associados aos eixos - “Promoção da Inovação e do Capital Humano”; “Gestão Sustentável dos Ativos do Território”; “Dinamização Socioeconómica dos Territórios” -, para a concretização dos resultados esperados associados aos eixos estratégicos do PORA - “Competitividade e Internacionalização das PME”; “Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos”; “Coesão Social e Inclusão”; “Ambiente e Sustentabilidade”.

A nível da Estratégia do Turismo do Alentejo e Ribatejo, é possível sublinhar o relevante contributo dos eixos específicos da EDL da APRODER - “Gestão Sustentável dos Ativos do Território e Dinamização Socioeconómica dos Territórios”, para a possibilidade de apoiar e promover a requalificação da oferta turística existente, a criação de uma oferta de Turismo Estruturada e na promoção do território, contribuindo para a atratividade do território.

Quanto à Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Lezíria do Tejo - EIDT -, da CIMLT, é visível que os objetivos específicos da EDL, respondem e estão integrados nas apostas estratégicas definidas, destacando-se o contributo dos eixos estratégicos da EDL para os eixos - “EE1 - Desenvolvimento competitivo da base económica regional”; “EE2 - Promoção da coesão social e da empregabilidade” e “EE3 - Requalificação e sustentabilidade territorial”, da EIDT.

Assim, ao nível do “EE1 - Desenvolvimento competitivo da base económica regional”, a EDL contribui com os eixos “EE1 - Promoção da Inovação e do Capital Humano” e “EE3 - Dinamização Socioeconómica dos Territórios”; ao nível do “EE2 - Promoção da Coesão Social e da Empregabilidade”, a EDL contribui com os eixos “EE1 - Promoção da Inovação e do Capital Humano”, “EE2 - Gestão Sustentável dos Ativos do Território”, e “EE3 - Dinamização Socioeconómica dos Territórios”, e ao nível do “EE3 - Requalificação e sustentabilidade territorial”, a EDL contribui com o eixo “EE2 - Gestão Sustentável dos Ativos de Território”.

De referir, que a EDL da APRODER reflete, a participação nas reuniões havidas no Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, na definição da EIDT da Lezíria do Tejo, desde o princípio da sua elaboração, bem como a participação da CIMLT nas reuniões temáticas que tiveram lugar.

Destaca-se ainda que o conteúdo da estratégia está limitado pelos instrumentos financeiros previstos (FEADER, FEDER, FSE), pelas elegibilidades, tipologias de ações, previstas nos demais regulamentos, o que também condiciona a intervenção e prioridades de investimento no território.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

A EDL definida para o território de atuação da APRODER assenta nos seguintes eixos, objetivos estratégicos e específicos e principais resultados a atingir: Eixo Estratégico 1. Promoção da Inovação e do Capital Humano, OE1.1. Valorizar o capital humano e as suas competências. Objetivo Operacional - Promover o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais dos grupos mais vulneráveis. Os principais resultados esperados são o aumento das competências pessoais, sociais e profissionais. OE1.2. Intensificar a Inovação Local. OO - Apoiar a inovação e a criação de novos produtos/serviços, práticas, processos e tecnologias - projetos individuais ou coletivos de investigação de base local. Os principais resultados esperados são o aumento da competitividade do tecido empresarial. São mobilizadas as prioridades 8.3 e 8.8, Eixo 5- Emprego e Valorização económica dos Recursos Endógenos -PORA, alocadas ao FSE e FEDER, e, as prioridades 9.3 e 9.i, Eixo 6 – Coesão Social e Inclusão, do FSE. Eixo Estratégico 2. Gestão Sustentável dos Ativos do Território, OE2.1. Proteção, preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais. OO –Valorizar, conservar, proteger e promover o património histórico, cultural e natural; Apoiar a criação/requalificação/ desenvolvimento de uma oferta turística estruturada e integrada; Dinamizar os centros rurais - Apoiar planos de ação integrados para recuperação de aldeias. Os principais resultados esperados são o aumento da atratividade do território; acréscimo do número de visitantes; melhoria do estado de conservação do património; melhoria das condições de vida e das zonas rurais; OE2.2. Valorizar ações inovadoras de sustentabilidade energética e ambiental, OO –Promover e valorizar a introdução de medidas de eficiência energética e ambiental nos projetos de investimento; Apoiar atividades sustentáveis que promovam a utilização eficiente dos recursos naturais. Os principais resultados esperados são o aumento da sustentabilidade energética e ambiental; melhoria da qualidade ambiental e paisagística a melhoria da qualidade de vida e fixação da população. OE2.3. Apoiar serviços básicos e respostas sociais de proximidade, inclusão social e luta contra a pobreza. OO –Apoiar o desenvolvimento de serviços de proximidade adequados às necessidades do território; apoiar e privilegiar respostas que promovam a inclusão social e ativa da população desfavorecida; reforçar a abordagem territorial de intervenção social e combate à pobreza assente em parcerias. Principais resultados esperados Aumentar a inclusão ativa, minimizar a pobreza, combater a exclusão social, contribuindo para um território mais sustentável. São mobilizadas as prioridades 8.3 e 8.8- Eixo 5- Emprego e Valorização económica dos Recursos Endógenos, alocado ao FSE e FEDER e 9.1 - Eixo 6 – Coesão Social e Inclusão do PORA, do FSE. Paralelamente, as PI 6.3, 6.4 e 6.5 do Eixo 8 – Ambiente e Sustentabilidade – FEDER. Eixo Estratégico 3. Dinamização Socioeconómica dos Territórios. OE3.1. Potenciar a diversificação de atividades na exploração, nomeadamente no apoio à valorização e conservação do Património Rural, na vertente de agroturismo, enoturismo, turismo de natureza, equestre, etc.; OE3.2. Apoiar pequenos investimentos na exploração agrícola; OE3.3. Apoiar a transformação, comercialização e valorização de produtos locais; OE3.4. Potenciar os circuitos curtos agroalimentares e mercados locais; OE3.5. Promover o emprego e a dinamização da economia local. OO –Melhorar as condições de vida, de trabalho e de produção dos agricultores; Contribuir para o processo de modernização e capacitação das empresas do setor agrícola; Apoiar a multifuncionalidade das explorações agrícolas; Reforçar a produtividade e competitividade e visibilidade das explorações agrícolas; Estimular a comercialização e transformação dos produtos agrícolas; Promover a organização de cadeias alimentares, mercados locais; Fomentar o desenvolvimento local nas zonas rurais; Promover uma gestão sustentável dos recursos endógenos; Apoiar a criação sustentável de emprego. Apoiar a criação e desenvolvimento das Micro e PME. Apoiar a criação e desenvolvimento de viveiros e incubadoras de empresas, star-ups sociais. Incentivo ao empreendedorismo cooperativo. Os principais resultados esperados são: aumentar o reforço da viabilidade, competitividade e modernização das explorações agrícolas; aumentar o número de atividades nas explorações agrícolas; Fixar trabalhadores e empresários agrícolas; Aumentar postos de trabalho, nomeadamente no setor agrícola, bem como a criação de emprego sustentável; aumentar a competitividade e a iniciativa empresarial; Aumentar a promoção e a comercialização dos produtos locais; Aumentar a sustentabilidade ambiental nas explorações agrícolas; contribuir para a

dinamização dos espaços rurais e o aumento da atratividade do território; São mobilizadas as prioridades do PDR, alvo de apoio do FEADER, 2, 3 e 6 e as PI 8.3 e 8.8 - Eixo 5 - Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos, alocado ao FSE e FEDER. Eixo Estratégico 4. Cooperação, capacitação institucional e trabalho em rede OE4.1. Promover a Cooperação e a Inovação. OO - Promover e desenvolver projetos de cooperação intraterritoriais, interterritoriais e transnacionais; privilegiar respostas associativas e cooperativas, na EDL; apoiar o desenvolvimento de redes empresariais para a experimentação e inovação; estimular a experimentação e a aprendizagem de novas intervenções. Os principais resultados esperados são o aumento da participação ativa dos agentes responsáveis pelo processo de desenvolvimento da região; aumento do associativismo e do cooperativismo no território; aumento do desenvolvimento de redes empresariais articuladas com os centros de I&D; aumento de sinergias entre os diferentes territórios. OE4.2 – Animação da EDL. OO - Participar em eventos e feiras nacionais e internacionais; promover ações de sensibilização, animação e acompanhamento, seminários, workshops, etc; incrementar parcerias com entidades locais e regionais, em prol da dinamização e animação do território. Os principais resultados esperados são o aumento da promoção e visibilidade do território; aumento da proximidade à população; e o aumento da visibilidade do GAL, dos programas disponíveis e dos promotores. EE4.3 – Monitorização e Gestão da EDL/GAL. OO - Dinamizar a economia local e a criação de emprego; Potenciar o investimento privado, através do apoio a projetos, processos e programas em prol do desenvolvimento sustentável da região. Como principais resultados esperados, aumentar o trabalho em rede e as sinergias entre os diferentes atores, promovendo a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e a atratividade do território. e contribuindo para um desenvolvimento rural participado e sustentável. Operações a mobilizar através do PDR, alvo de apoio do FEADER - 10.1, 10.3, 10.4 e PI 11 - Eixo Prioritário 9 - Capacitação institucional e modernização administrativa do PORA.

Definição da estratégia de desenvolvimento local

A EDL para o território de intervenção da APRODER 2014-2020, está articulada com o referencial nacional, regional, a EIDT da NUT III LT, a Estratégia para o Turismo do Alentejo e Ribatejo, e a visão e trabalho desenvolvidos pelos Parceiros durante a elaboração da EDL e alicerçada nos quatro eixos estratégicos Promoção do Conhecimento e Inovação; Gestão Sustentável dos Ativos do Território; Dinamização Socioeconómica dos Territórios; Cooperação, capacitação institucional e trabalho em rede, e assente em condições determinantes para um desenvolvimento sustentável no longo prazo – competitividade, coesão, sustentabilidade, qualificação e cooperação.. Foram definidos Objetivos Estratégicos, Específicos e Operacionais, Medidas e Ações. Através do FEADER, nas Medidas/Ações 1 e 2 - Pequenos investimentos nas explorações agrícolas, e Pequenos investimentos na transformação e comercialização que constituem uma aposta estratégica da APRODER, propomos o aumento da valorização económica dos produtos; a melhoria das infraestruturas e equipamentos produtivos; a melhoria da sustentabilidade ambiental e energética das explorações agrícolas (fontes de energia renováveis, eficiência de uso de água e resíduos), a valorização do património local e a melhoria da produtividade, competitividade e criação de emprego; na Medida/Ação 3 - Diversificação de atividades na exploração, propomos a criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas inovadoras ligadas à transformação de produtos agrícolas, a prestação de serviços à agricultura, a sustentabilidade ambiental e energética das explorações agrícolas e a melhoria da atratividade do turismo – modernização do alojamento TER, criação de atividade de lazer associadas à exploração e implementação do Plano de Intervenção para o Turismo Equestre; nas Medidas/Ações 4 e 5 - Cadeias curtas e mercados locais e, Promoção dos produtos de qualidade, propomos a melhoria dos mercados locais, com especial ênfase para as cadeias curtas e, a certificação dos produtos DOP, e produtos biológicos e de produção integrada e a dinamização dos circuitos de transformação agroalimentar; na Medida/Ação 6 - Renovação de aldeias - propomos a preservação e valorização do património local, incidindo nas aldeias ribeirinhas, junto ao Tejo. Através do PORA - FEDER, na Medida/Ação 6.1 - Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência - propomos a valorização do património, e a requalificação, a dinamização de iniciativas relacionadas com o Tejo e com áreas protegidas e, o crescimento e diversificação da oferta baseada nos elementos do património rural (Rotas - Enoturismo, Gastronomia, Cavalo, Toiro...), e, na Medida/Ação 8.8 - Concessão de apoios ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas, propomos o desenvolvimento do potencial endógeno, a adoção de estratégias de marketing e de animação territorial, a promoção do conhecimento e inovação, a qualificação e modernização da oferta de produtos, nomeadamente na área do turismo, a criação e desenvolvimento de redes empresariais para a inovação e experimentação, a dinamização de redes para o desenvolvimento global e sustentável, e a criação/desenvolvimento de micro e pequenas empresas. Através do FSE, na Medida/Ação 8.3 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras, propomos apoiar iniciativas inovadoras que promovam a empregabilidade e a criação de novos produtos e serviços, apoiar a criação/desenvolvimento de micro e pequenas empresas e, o desenvolvimento do empreendedorismo social; nas Medida/Ação 9.1 - Inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade na 9.1.1 Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social na área da inclusão ativa, a criação de serviços de proximidade, e respostas associativas e cooperativas para a inclusão social 9.1.2 Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, o desenvolvimento de metodologias assentes no reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais. (ANEXO Z) Quanto à Cooperação, propomo-nos cooperar a diferentes níveis, nas áreas da Agricultura (inovação - gestão da água e novas culturas), Turismo, Floresta e Ambiente, e Promoção de Produtos. A APRODER integra o Conselho Estratégico da CIMLT, o Núcleo Regional da Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação, assinou Acordo de Colaboração para a implementação da marca Natural.PT, integra o PLOG regional, assinou protocolo com ERT Alentejo e Ribatejo e é sócia fundadora da ANTE. A EDL tem ainda como referência o Compromisso para o Crescimento Verde, a ENA Alterações Climáticas, bem como os princípios para a Coesão Social e Territorial.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização	Indicador de Resultado	Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
--	-------	---------------------------------------	-------------------------	------------------------	--

			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	6 - Coesão Social e Inclusão / Medida 9.i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	1,00	4,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	50,00	55,00	230 306,36€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	8 - Ambiente e Sustentabilidade / Medida 6.c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	3400,00	17000,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	53927,00	64699,00	172 847,40€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	5- Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos/ Medida 8.a. Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	4,00	23,00	Postos de trabalho criados	4,00	30,00	1 555 626,60€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	30,00	107,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3,00	5,00	958 526,57€

99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	3,00	10,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3,00	10,00	437 142,75€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	3,00	7,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3,00	7,00	541 874,87€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	2,00	4,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	4,00	100 178,55€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	2,00	8,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	3,00	125 223,18€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos apoiados	0,00	3,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	113 839,26€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	5 - Emprego e Valorização Económica de recursos Endógenos/Medida 8-iii Criação de Emprego por conta própria	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	3,00	18,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	55,00	55,00	612 380,64€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	8 Ambiente e sustentabilidade				Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	0,90	1,80	172 847,40€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	5 - Emprego e Valorização Económica de recursos Endógenos/Medida concessão de apoios ao desenvolvimento de empresas				Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	0,90	1,80	1 555 626,60€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FSE	842 687,00€
FEDER	1 728 474,00€
FEADER	2 276 785,18€
Total	4 847 946,18€

Pressupostos

1.1 Cenário de Alocação Financeira O cenário tem por base a alocação dos fundos que nos foram atribuídos.

1.2. Efeito Multiplicador do Investimento Público no Privado O cálculo do investimento privado, tem por base o efeito multiplicador da DP no investimento privado obtido através: i) FEADER - tem por base as taxas de apoio referidas no PDR M10 Leader ii) FSE e FEDER - têm por base o indicador de resultado definido na PI 9d do PORA - Efeito Multiplicador de 1,8. 1.3. Nº de Projetos e investimento médio Público a apoiar por PI O cálculo associado ao nº de projetos, bem como o investimento médio por projeto foi estimado através: i) - Dados históricos da APRODER SP3 Proder (SI Leader) ii) - Informação recebida da DRAP LVT no programa Proder 2007-2013 iii) - Informação constante no PORA e EIDT LT Assumiu-se que o montante médio de investimento por tipologia de projeto será de 75% do montante máximo de investimento.

1.4. Investimento Ações e Metas Para o cálculo da despesa Pública a contratualizar por Eixo/Medida do Programa Ação e Pacto foram consideradas: i) - Metas definidas com base nos dados históricos de projetos/ações e de realização de despesa ocorrido, na experiência do passado. ii) - Foram também utilizados os referenciais das metas e resultados a alcançar a nível nacional referidos no PDR, bem como os regionais constantes POR Alentejo articulados com EIDT da Lezíria do Tejo E as restrições de DP a contratualizar referidas no aviso: i) - DP associada aos Pequenos investimentos nas explorações agrícolas e pequenos investimentos na transformação e comercialização, > = 40% ii) - DP associada á Renovação de aldeias, <= 10% iii) - DP associada á PI 6c, "Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural", <= 10% Para a concretização dos resultados e metas esperados a nível regional, de acordo com o definido no POR Alentejo a EDL da APRODER contribuirá com o seu peso proporcional, de 9,3% para a sua concretização. Já nos resultados e metas esperados constantes no PDR a nível nacional a EDL da APRODER contribuirá com o seu peso proporcional, 2,2 % para a sua concretização. Desta forma, as metas a atingir, estarão de acordo com o orçamento a afetar ao GAL APRODER, de forma proporcional, com base nos critérios estabelecidos na Portaria 392-A/2008, de 4 de junho, o conhecimento da capacidade e autonomia do GAL para a modelação das medidas, definição dos períodos para a abertura de avisos de concurso, a introdução de aspetos de valoração das candidaturas , e a estratégia multifundos que, no modelo de governação prevê a articulação do GAL com as duas Autoridades de Gestão.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

Quanto à Cooperação, dado o grande interesse que tem, na troca de conhecimentos, criação de sinergias e escala de intervenção, propomo-nos cooperar a diferentes níveis, nas áreas da Agricultura, Turismo, Floresta e Ambiente, Estudos, Experimentação e Inovação.

Assim, na área da Agricultura há a referir a "gestão da água", tendo em conta a necessidade de racionalização do seu uso e adaptação às alterações climáticas, e "definição de estratégias de produção" baseadas em critérios de procura, sustentabilidade, e impacto; no Turismo, e no espírito do Protocolo de Entendimento, e da Estratégia Regional do Turismo Alentejo/Ribatejo (anexo), que tem como ideia força a certificação do Destino - dos Serviços e do Território, com preocupações centrais ao nível da Sustentabilidade, da Identidade, da Qualidade e da Ética/Responsabilidade Social prevê-se a criação de rotas turísticas, valorização do património material e imaterial; a organização e promoção de eventos com impacte internacional, a criação e requalificação de infraestruturas associadas à conservação dos recursos naturais, Turismo de Natureza, Turismo Equestre, Turismo Náutico, criação e comercialização do produto turístico, conteúdos digitais, desenvolvimento de redes de oferta de TER e Turismo de Natureza; nos Produtos de Qualidade, a troca de experiências e atividades conjuntas principalmente com outros GAL ou outras entidades de territórios contíguos ou próximos, mas também a nível nacional ou internacional para ações de sensibilização, promoção e venda, a implementação de Centros de Promoção e Comercialização, a constituição de uma rede de postos de venda, incluindo as autoestradas, a certificação dos produtos e a colocação de produtos do território nos empreendimentos turísticos regionais, reforçando a ligação entre as duas atividades, a sensibilização dos jovens para a gastronomia regional e dieta mediterrânica; na Floresta e Ambiente, a nível nacional, com os GAL e Organizações ligadas ao sector e, a nível internacional, com entidades/regiões que tenham como objetivo, a implementação de um sistema de gestão sustentada da floresta, a certificação dos seus produtos, o aproveitamento dos subprodutos da floresta e o controle da matéria combustível, nos povoamentos florestais, com a sua valorização como fonte de energia; nos Estudos, Experimentação e inovação, abrangendo todos os temas de interesse para o território, nomeadamente melhoria dos métodos de produção ou introdução de novas tecnologias nos produtos agrícolas, agroalimentares, florestais, turísticos, serviços à população, ou outros considerados estratégicos; nos serviços básicos para a população rural e serviços de apoio social e de melhoria da Qualidade de Vida, através da interligação entre entidades/serviços já existentes e implementação dos que faltam, de forma a melhorar a qualidade dos mesmos, torná-los mais qualificados e desenvolver novas ofertas.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

A Estratégia de Desenvolvimento Local da APRODER foi elaborada desde o seu início tendo presente o grande interesse e mais-valia que o envolvimento direto das populações, seus representantes e agentes económicos e sociais locais e regionais têm, para o sucesso da mesma.

O envolvimento de todos é fundamental não só na fase de preparação e definição da estratégia, mas também ao longo da sua implementação, permitindo um acompanhamento e monitorização, que garantam a possibilidade da tomada de eventuais medidas de ajustamento ou correção, para atingir os objetivos e metas definidos.

Quanto ao modelo organizacional definido, há a considerar três níveis fundamentais de articulação e parceria – o regional, o sub-regional e o local.

Ao nível regional, a Aproder integra uma parceria entre todos os GAL do Alentejo que tem como compromisso a conjugação de esforços na articulação de metas e ações, definir e desencadear processos de cooperação nacional e transacional e a criação de uma plataforma de acompanhamento e monitorização do DLBC 2020, com uma estrutura e composição a definir com outros atores públicos e privados da região.

Ao nível sub-regional da NUT III, a APRODER integra o Conselho Estratégico da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (Fig. 4), integrou a parceria criada para a elaboração do Programa Territorial Integrado (PTI) da Lezíria do Tejo e, de acordo com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento da Lezíria do Tejo 2014-2020 apresentada, integrará a Comissão de Concertação e Gestão da mesma (órgão de apoio à coordenação e gestão operacional), constituída por 7 representantes relevantes da região e presidida pelo Presidente do Conselho Intermunicipal:

? Núcleo Empresarial da Região de Santarém (NERSANT)

- ? Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana
- ? Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo (APRODER)
- ? Centro Distrital de Santarém do Instituto de Segurança Social I. P. (CDSS)
- ? Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP-LVT)
- ? Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Instituto de Emprego e Formação Profissional
- ? Instituto Politécnico de Santarém

Esta Comissão reunirá mensalmente e dará parecer sobre os projetos a apoiar através do futuro ITI ou dos DLBC, garantindo racionalidade entre os projetos concretos a apoiar na sub-região pelos FEEI, potenciando sinergias, evitando duplicações e promovendo complementaridades entre fundos.

Ao nível local do território de atuação da APRODER, no modelo de gestão proposto optou-se por não incluir um órgão específico da parceria para análise de projetos, uma vez que existe na Comunidade Intermunicipal da Lezíria um grupo análogo ao nível da sub-região (Comissão de Concertação e Gestão), de que a APRODER faz parte, com grupos temáticos e parceiros que abrangem as principais áreas de intervenção e se considera que se pretende que haja economia de órgãos e de tempo, para que o processo de decisão não seja demasiado longo e pesado.

Assim sendo o modelo de governação do DLBC proposto, consiste no seguinte:

O Conselho de Parceria que envolve todos os parceiros que integram a parceria e que tem como funções a aprovação em sessão plenária da presente EDL, o acompanhamento estratégico e operacional das ações e investimentos do DLBC, e a aprovação do respetivo relatório anual.

O Conselho de Parceria será presidido por um Presidente eleito no Conselho de Parceria e reger-se-á por um regulamento, a aprovar pelo Conselho.

O Órgão de Gestão do DLBC que será coincidente com a Direção da APRODER, composta por cinco elementos, uma vez que possui já a experiência de 23 anos de gestão de fundos comunitários na área do desenvolvimento rural, neste território, com resultados muitos positivos.

Os projetos a apreciar serão previamente submetidos a parecer técnico da ETL e posteriormente submetidos ao Conselho de Concertação e Gestão da CIMLT, onde os mais relevantes grupos de interesse da região se encontram presentes, que se pronunciará, sobre os projetos a apoiar através do futuro ITI ou DLBC, garantindo racionalidade entre os projetos e promovendo complementaridades entre fundos.

A Estrutura Técnica Local (ETL) que assegurará a assistência técnica ao Conselho de Parceria, ao Órgão de Gestão, e o acompanhamento e monitorização das operações e ações previstas. Assegurará ainda, a elaboração dos pareceres técnicos.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

Estando a APRODER no terreno há 22 anos, na gestão de instrumentos estratégicos e financeiros de apoio ao desenvolvimento rural, este novo quadro comunitário, constituiu uma oportunidade para reforçar os parceiros, a sua solidez e eficiência no trabalho desenvolvido neste território.

Assim com o alargamento da parceria, sendo esta mais abrangente, ágil e bem articulada com os diversos documentos enquadradores e estratégias e órgãos de gestão, é necessário ajustar também, os mecanismos de acompanhamento e monitorização da implementação da estratégia previamente definida, para que todo o processo seja mais correto e célere.

Assim, durante a execução da EDL prevê-se o envolvimento de todos os intervenientes, de modo a garantir a verificação periódica do desenvolvimento do programa, dos resultados alcançados, da análise dos desvios e possibilidade da tomada de eventuais medidas de ajustamento ou correção, para atingir os objetivos e metas definidos.

Neste sentido o processo de acompanhamento e monitorização, durante a execução da EDL, envolve:

A Assembleia Geral, que tem como principais competências:

- Analisar e aprovar os relatórios de execução anual e o último relatório de execução da EDL;

- Avaliar periodicamente os progressos verificados no sentido da realização dos objectivos específicos da ELD, com base nos documentos apresentados pelo Órgão de Gestão;
- Eleger e destituir os membros do órgão de gestão do GAL;

O Órgão de Gestão, que tem como principais competências:

- Coordenar e assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento da ELD e dos fundos públicos colocados à sua disposição;
- Definir os critérios de selecção a aplicar, no âmbito do programa;
- Decidir sobre os pedidos de apoio e pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários;
- Elaborar e submeter à aprovação da Autoridade de Gestão as propostas dos avisos de abertura de concursos;
- Assegurar a organização do processo de validação dos documentos de suporte à tomada de decisões;
- Exercer funções de acompanhamento e controlo das operações financiadas pelo programa;
- Exercer quaisquer outras competências que lhes sejam delegadas;
- Representar a associação em juízo e fora dele;
- Cumprir com as recomendações decorrentes da participação dos parceiros locais na implementação, acompanhamento e avaliação da ELD definida, de forma a alcançar os objectivos propostos;
- Garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da ELD, apresentada pelo GAL APRODER na sua candidatura;

O Conselho de Parceria, que tem como competência (para além do já descrito)

- Avaliar periodicamente os progressos verificados no sentido da realização dos objectivos específicos da ELD, com base nos documentos apresentados pelo Órgão de Gestão;
- Acompanhamento da EDL através do trabalho em rede, partilha de experiências e conhecimentos, disponibilizando serviços para ultrapassar barreiras administrativas;
- Analisar e aprovar os relatórios de execução anual e todos os demais relatórios da ELD;
- Emissão de parecer, por parte dos parceiros, sobre os projetos a aprovar, através da sua participação na Comissão de Concertação e Gestão;
- Propor ao Órgão de Gestão eventuais ajustamentos à ELD ou mesmo a sua revisão com vista a atingir os seus objectivos ou a melhorar a sua gestão;
- Garantir e fomentar a participação da população no desenvolvimento do território da sua Zona de Intervenção;
- Garantir a informação à população da sua Zona de Intervenção, relativamente ao conteúdo e impacto da implementação da ELD proposta, bem como, promover e divulgar os apoios aplicáveis a esse território;
- Emissão de parecer, quando se tratar de projetos com determinadas especificidades (serão consultados os parceiros relacionados com a área do projeto em causa, como exemplo para projetos sociais, será solicitado parecer ao Instituto da Segurança Social);

A ETL, que tem como principais competências (entre outras):

- A preparação de um relatório, após cada época de candidaturas e de apreciação das mesmas, submetido ao Conselho de Parceria para discutir a evolução da estratégia planeada e seu reajuste se necessário.
- A preparação de um relatório Anual e contas do exercício respetivo, por parte de ETL, aprovado pelo Órgão de Gestão e submetido à Assembleia Geral e Conselho de Parceria; sendo que os relatórios exigidos pelo programa também serão divulgados e discutidos em Conselho de Parceria. Havendo no mínimo uma Assembleia Geral e um Conselho de Parceria anual.
- A elaboração de um manual de procedimentos interno;

Comissão de Concertação e Gestão

O procedimento quanto à recepção, análise e aprovação de candidaturas, será efetivado conforme Modelo de Governança proposto – projetos serão previamente submetidos ao Conselho de Concertação e Gestão da CIMLT, que reúne os mais relevantes grupos de interesse da região, e ao Órgão de Gestão da APRODER.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	y - Planta Candidatura_Area Urbana adaptada_ultimaVersao2.pdf	24/07/2015 12:02	202734935
Outros	Folhas de Presenças - 2ª Fase.pdf	24/07/2015 17:17	202734935
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	ÓRGÃO DE GESTÃO E ESTRUTURA TÉCNICA LOCAL.docx	24/07/2015 13:12	202734935
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-087.pdf	20/11/2015 12:32	
Protocolo de parceria	Protocolo de Parceria.pdf	24/07/2015 13:17	202734935
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-087.pdf	06/08/2015 11:38	202734935
Outros	Indicadores_FEADER 16 9 15 RR.xlsx	30/09/2015 12:54	129430250
Outros	i - MODELO ORGANIZACIONAL.docx	24/07/2015 12:46	202734935
Outros	Resultados Esperados DLBC.pdf	24/07/2015 15:56	202734935
Outros	ficha de contributos.pdf	24/07/2015 12:11	202734935
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-087.pdf	30/09/2015 13:05	
Outros	ERT A proposta_protocoloentendimentoEDL_f uturosGAL(Isor).docx	24/07/2015 17:18	202734935
Outros	INDICADORES FSE e FEDER 29-09-15.xlsx	30/09/2015 12:53	129430250
Outros	Plano Financeiro Global DLBC.xlsx	24/07/2015 16:12	202734935
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-087.pdf	11/12/2015 12:38	
Outros	Investimento Acções e Metas DLBC.pdf	24/07/2015 15:56	202734935
Protocolo de parceria	y - Planta Candidatura_Area Urbana adaptada_ultimaVersao2.pdf	23/07/2015 20:13	202734935

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO RIBATEJO	NIF	502693789
Submetido por	MARIA JOÃO MARQUES PACHECO BOTELHO	NIF	129430250
Data de Submissão	11-12-2015		